



*Reunião da Assembleia Intermunicipal  
30 de abril de 2019  
Ata n.º 2*

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pelo Secretário Mário José Costa da Silva.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Miguel Alpoim Marques; Hilário Manuel Ferreira dos Santos; António Jorge Pereira de Oliveira; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Paulo André Silva e Silva; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Luís Fernando Leal Duarte de Oliveira; Herculano Miguel Pereira Caetano; Luís António Sousa Pinto dos Santos; Victor Manuel Santiago Tavares; José Manuel Oliveira Carvalho; Arménio de Almeida Cêrca; Francisco José da Silva Ferreira; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Pedro Machado Pires da Rosa; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Fernando Manuel Martins Nogueira; Carlos Albérico de Amorim Alves; Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva; André Filipe Casqueira Guimarães; João Cândido da Rocha Bernardo; António Pedro Oliveira Martins; José Alcides Ramos Pereira; Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata; José António Neves Carvalheira; Miguel da Silva Oliveira; Sérgio Daniel Santos Morais; Rui Filipe Coelho Costa; Manuel de Oliveira Reis; Alexandra Angélica Leite Oliveira Pachão; Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira; David Faria Pereira Oliveira; Beatriz Manuel Lourenço Soares; Toni Pedro Ribeiro Martins; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Juan Carlos Ferreira Martins; Jorge Henrique da Graça Pereira.

O Presidente da Mesa informou que o Vice-Presidente Francisco José de Oliveira Martins justificou a falta e que os Membros António José Carlos Pinho (Ílhavo) e Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto (Oliveira do Bairro) pediram substituição, estando presentes nos seus lugares, André Filipe Casqueira Guimarães (Ílhavo) e José António Neves Carvalheira (Oliveira do Bairro).

Estiveram ausentes os seguintes Membros: Nuno Manuel Marques Pereira; José Augusto da Luz Matos; José Gonçalo Sarmiento de Rebocho Silva e Costa; António José Flor Agostinho; José Augusto Ferreira Martins; Elisabete Costa Pequeno.

Iniciou-se a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

A – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores;

B – Expediente e informações;

C – Período Antes da Ordem do Dia;

D – Período da Ordem do Dia:

**Ponto 1** - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

**Ponto 2** - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2018 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018.

**Ponto 3** - Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos até dezembro de 2018.

**Ponto 4** - Apreciação e Votação da 1ª Revisão à GOP e Orçamento 2019.

**Ponto 5** - Relatório Anual 2018 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.

**Ponto 6** - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Educação.

**Ponto 7** - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Saúde.

**Ponto 8** - Apreciação e Votação da Proposta de Alteração do Regimento.

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos:

***A – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores:***

*Não houve pedidos para o uso da palavra.*

De seguida, colocou-se à votação as atas das sessões anteriores, com o seguinte resultado:

Apreciação e Votação da ata nº 3/2018, de 3 de dezembro, aprovada por unanimidade.

Apreciação e Votação da ata nº 1/2019, de 31 de janeiro, aprovada por unanimidade.

***B – Expediente e informações***

O Presidente da Mesa informou não haver expediente nem informações a apresentar.

***C – Período Antes da Ordem do Dia***

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

Jorge Greno (Aveiro) agradeceu o envio da documentação relativa às senhas de presença nas reuniões extraordinárias e lamentou a diferenciação no pagamento de senhas entre as reuniões ordinárias e extraordinárias. Referiu que não faz sentido o exercício da democracia de forma gratuita e que há um mínimo de dignidade nestas funções e de compensação pelo tempo que se dá à atividade. Lançou um repto ao Presidente do Conselho Intermunicipal, para que no âmbito da ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses, se repensar estas questões.

José Carvalheira (Oliveira do Bairro) lamentou a falta de equidade do PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, um programa importante em termos socioeconómicos e em termos ambientais, no qual se compara valores por habitante, tão díspar da realidade nacional, pedindo reponderação futura. Questionou a razão de se atribuir apenas redução dos passes dos transportes públicos rodoviários e não incluir o transporte público ferroviário, sendo este mais amigo do ambiente. Referiu que este programa também é mais penalizador para quem tem deslocações mais longas, com uma discriminação da população mais periférica, propondo uma revisão e uma redução tarifária destes aspetos. Parabenizou os Presidentes das Câmaras de Águeda e Aveiro sobre as últimas notícias da via rápida que ligará estes municípios e espera que os benefícios sejam extensíveis a Anadia e Oliveira do Bairro.

José Carvalho (Anadia) referiu que o posto de vigia florestal do Moinho do Pisco, na freguesia de Avelãs de Cima, concelho de Anadia, tem sido um importante instrumento de vigilância, foi reconstruído com recursos municipais, mas tem sido considerado um posto de vigia não principal. Solicitou informação relativamente a este processo, não se compreendendo como não é um posto de vigia principal, estando aprovada a sua área de abrangência.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) manifestou-se triste com a notícia da solução de via rápida Aveiro-Águeda não passar pelas freguesias de Alquerubim e São João de Loure e Frossos, que não têm acessos condignos. Referiu que a freguesia de São João de Loure e Frossos está em vias de ficar sem unidade de saúde e apelou ao Presidente da CIRA para intervir, dentro

as suas possibilidades, na resolução do problema, considerando que o que se passa na saúde em Albergaria-a-Velha é muito grave.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou ter uma posição contrária ao não pagamento das senhas de presença nas reuniões extraordinárias e desafiou os partidos a mudar de orientação e a discutir estas questões com seriedade, porque é preciso equilíbrios, bom senso e assumir que a democracia tem custos.

Sobre as unidades de saúde, referiu ter conhecimento que o problema mais grave na região é no Município de Albergaria-a-Velha, sendo uma matéria recorrente e reconhecida nas reuniões do ACeS - Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga.

***D – Período da Ordem do Dia:***

***Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.***

O Presidente do Conselho Intermunicipal começou por dar nota que se está a comemorar os 30 anos de associativismo na Região de Aveiro, com o epicentro em outubro e convidou os Membros da Assembleia a estarem atentos aos vários momentos e ações evocativas.

Destacou o PART, informando que, de repente, se teve conhecimento do Despacho e cuidou-se de o implementar, considerando uma boa política de incentivo à utilização dos transportes públicos, de forma a fixar os utilizadores regulares, através dos passes e atrair novos utilizadores, bem como de reduzir a nossa pegada ambiental. É um processo que não somos gestores, discordamos da política tarifária e foi feito sem diálogo e sem concertação com os Municípios. Informou que a Área Metropolitana do Porto decidiu não financiar os transportes fora da sua área e que esta operação foi desenhada para Lisboa. Concluiu que esta medida é positiva, socialmente, ambientalmente e é estrutural, mas que foi lançada com um horizonte de vida de 3 anos, esperando diálogo para o futuro e para se fazer melhor. Informou que se está a terminar a preparação do Concurso Público para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular na Região de Aveiro. O IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes desconhecia, na prática, o que estava a transferir, considerando a discrepância enorme entre as linhas formais e as linhas/carreiras efetivamente a operar.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

António Monteiro (Sever do Vouga) referiu que o tema central da informação escrita foi o PART e os transportes coletivos e que, compreendendo a intenção de promover o transporte público, há algumas questões de injustiça na distribuição de verbas e nos critérios estabelecidos no diploma legal, designadamente, a população utilizadora de transporte público, a duração dos movimentos pendulares e o fator de complexidade, o qual pretende explicar os valores aplicados, por comparação, com os cidadãos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Considerou que se não há a possibilidade de apoiar a ligação entre distritos onde está a coesão territorial. Referiu que as dificuldades de transporte em Sever do Vouga, quer dentro concelho, quer na ligação aos concelhos vizinhos, são mais do que evidentes.

Hilário Santos (Águeda) questionou os motivos desta medida, que são eleitoralistas. Entende que a base é boa, mas a aplicação é deficiente e era importante atrair mais pessoas. Questionou o que podemos anunciar ao nível da CIRA para a melhoria das condições de transporte para os utentes. Em Águeda irá tentar-se introduzir algumas alterações no futuro Caderno de Encargos, para que os autocarros sejam de tipo Euro 3, com presença de wi-fi e que haja informação digital nas paragens. Terminou, questionando qual o trajeto da via rápida Águeda-Aveiro.

Pires da Rosa (Aveiro) deu nota positiva ao PART e recordou que foi o CDS um dos responsáveis pelo centralismo. Considerou que Porto e Lisboa tem municípios com transportes públicos e que no resto do país não há grandes investimentos em transporte, com algumas exceções. Propôs uma verba cativa para as ligações inter-regionais. Questionou como é que CIRA vai encaixar as concessões já existentes, de forma isolada.

Nuno Barata (Oliveira do Bairro) manifestou o direito à indignação, uma das conquistas de abril, em que a Política é para todos. Achava que as senhas de presença eram para todos e começamos a descobrir que a política é só para alguns. Congratulou o Presidente do CI pela iniciativa Educ@RA. O combate ao insucesso não é necessariamente a mesma coisa, mas também é importante premiar o sucesso e a excelência. Os diversos rankings nacionais provam o excelente trabalho feito na região. Entendeu que da mesma forma que valorizamos a Universidade de Aveiro importaria dar visibilidade aos resultados das escolas da região.

Herculano Caetano (Albergaria-a-Velha) felicitou o trabalho que a CIRA fez no PART, em pouco mais de um mês. Concorda com a incidência nos passes, se o objetivo é fidelizar.

Propôs comunicar aos utentes a forma como os descontos foram atribuídos, que são temporários e de acordo com a procura estimada.

Manuel Prior (Aveiro) referiu que é favorável a qualquer medida de promova o uso de transporte público, mas é contra medidas que promovam a discriminação e a desigualdade dos cidadãos, que criam custos aos Municípios e incógnitas para o futuro. Entende como mais importante para a região isentar de portagem os circuitos intermunicipais, investir nos transportes públicos ferroviários e na ligação Aveiro-Águeda. Questionou qual o valor de investimento na CIRA nesta medida.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que relativamente ao PART estamos de acordo nos princípios e que se deve debater as melhorias em sede de elaboração do Orçamento de Estado. Informou que já se está a discutir a forma como vamos ser solidários, como no caso de Sever do Vouga e como atingir o equilíbrio ao acomodar o serviço que é sustentável para a operação, com aqueles que não são economicamente vantajosos. A maior dificuldade é que desconhecemos o negócio e quem nos passou a informação não passou informação fidedigna e de acordo com a realidade. Estamos a lançar uma operação com algumas cautelas; ponderamos lançar a 5 anos porque precisamos de conhecer o negócio, mantendo uma operação sustentável e atrativa para o mercado. A possibilidade de o concurso ficar deserto é elevada se exigirmos muito, por isso temos algumas cautelas.

Sobre a ligação rodoviária Águeda-Aveiro, informou que os dois Municípios estão a avaliar a possibilidade de o troço ter um estatuto de estrada urbana nos respetivos centros urbanos, em que a execução possa vir a ser assumida pelas próprias Câmaras Municipais e, depois, mantenha o estatuto de variante. Quando acabarmos este trabalho e se houver uma solução, será apresentada.

*Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.*

***Ponto 2 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2018 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018.***

O Presidente do Conselho Intermunicipal apresentou sucintamente o documento, referindo que foi um bom ano, importante e de muito trabalho na execução dos compromissos contratualizados com os Fundos Comunitários.

*Não houve pedidos para o uso da palavra.*

*Prestação de Contas 2018 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018, aprovada por maioria, com nove abstenções, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, David Faria Pereira Oliveira, João Cândido da Rocha Bernardo, Beatriz Manuel Lourenço Soares, Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva, António Jorge Pereira de Oliveira, António Pedro Oliveira Martins, Fernando Manuel Martins Nogueira e Pedro Machado Pires da Rosa.*

***Ponto 3 - Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos até dezembro de 2018.***

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que se trata de um ponto de situação, que temos de dar conhecimento à Assembleia Intermunicipal.

*Não houve pedidos para o uso da palavra.*

*Tomado conhecimento dos Compromissos Plurianuais assumidos até dezembro de 2018.*

***Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1ª Revisão à GOP e Orçamento 2019.***

O Presidente do CI referiu que transitámos o saldo sem desvirtuar o plano e orçamento e está ao dispor para os devidos esclarecimentos.

*Não houve pedidos para o uso da palavra.*

*1ª Revisão à GOP e Orçamento 2019, aprovada por maioria, com oito abstenções, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, João Cândido da Rocha Bernardo, Beatriz Manuel Lourenço Soares, Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva, António Jorge Pereira de Oliveira, António Pedro Oliveira Martins, Fernando Manuel Martins Nogueira e Pedro Machado Pires da Rosa.*

***Ponto 5 - Relatório Anual 2018 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.***

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu estamos tranquilos na gestão dos riscos e é um bom relatório.

*Não houve pedidos para o uso da palavra.*

Tomado conhecimento do Relatório Anual 2018 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.

***Ponto 6 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Educação.***

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que foi decidido assumir esta competência, no quadro do caminho que estamos a desenvolver. Na área da saúde não assumiremos para o exercício de 2019, considerando ser uma das áreas mais frágeis, com insuficiente informação. Informou que iremos trabalhar para nos capacitar e poder vir a assumir.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

António Monteiro (Sever do Vouga) referiu que no CDS não confundimos descentralização com regionalização e centralismo personaliza-se no Ministro das Finanças, com as cativações. Considerou que a principal dificuldade do processo de descentralização é a falta de informação sobre os recursos financeiros. Informou que quando temos este modelo de descentralização não tem dúvidas em não apoiar a transferência de competências. Na área da educação tem reservas por não ver os recursos financeiros para a ambição que a CIRA terá.

Miguel Vidal (Águeda) saudou o facto destas deliberações virem separadas e não num documento único.

Nuno Barata (Oliveira do Bairro) referiu que a oferta educativa dos cursos profissionais, designadamente do Instituto Profissional da Bairrada, está em crescimento e com elevada captação de alunos. Entende que temos várias escolas da mesma tipologia na região, que devem ser protegidas, pelo papel que desempenham nos Municípios em que se inserem. Com a descentralização de competências a CIRA terá um poder discricionário de 30% na atribuição de turmas e sugeriu a auscultação prévia das entidades envolvidas.

Vladimiro Silva (Estarreja) referiu que o 25 de Abril teve coisas extraordinárias e uma delas foi o Poder Local e a sua força. A transferência de poderes é, por princípio, uma boa medida porque tem mais eficácia. Aceita, por uma questão de solidariedade, que a CIRA

condicione uma parte destas transferências, mas concorda com a política do Governo da transferência de meios.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) informou que no passado dia 25 de abril, numa assembleia extraordinária, foi debatido no Município a descentralização por deputados da nação, um de cada partido e ficou estupefacto pelas condições, sabendo-se que os Municípios já vivem com poucos recursos e não podem aceitar cheques em branco. Alerta para que a CIRA negocie bem este processo.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que nas matérias da saúde e da educação há análises financeiras que condicionam a assinatura do acordo, recordando que em 2019 e 2020 só assina quem quer. Sobre a oferta educativa profissional informou que acabámos hoje o mapa para o próximo ano e reiterou a complexidade do dossiê. Referiu que há escolas privadas que não sabe se terão futuro e que na grelha da ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional há quotas para o público e para o privado, com relevâncias que não concordamos.

*Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Educação, para que a CIRA assuma em 2019, as novas competências na área da Educação, previstas no Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, aprovada por maioria, com 5 abstenções, dos Membros António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro, Jorge Henrique da Graça Pereira, Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata, José António Neves Carvalheira e Pedro Machado Pires da Rosa.*

***Ponto 7 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Saúde.***

*Não houve pedidos para o uso da palavra.*

*Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Saúde, para que a CIRA não assuma em 2019, as novas competências na área da Saúde, previstas no Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, aprovada por maioria, com 4 votos contra, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, António Pedro Oliveira Martins, João Cândido da Rocha Bernardo e*

António Jorge Pereira de Oliveira; com 3 abstenções, dos Membros Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira e Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata.

***Ponto 8 - Apreciação e Votação da Proposta de Alteração do Regimento.***

O Presidente da Mesa informou que foi apresentada uma proposta de alteração do Regimento, distribuída a todos e solicitou a integração nesta proposta da correção ao ponto 4º do artigo 1.º, passando a ter a seguinte redação: “4. *A Assembleia Intermunicipal é constituída por membros das Assembleias Municipais eleitos de forma proporcional, nos termos do n.º 1, do art.º 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*”

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

Carlos Alves (Estarreja) questionou a razão de quem não pertencer a um grupo municipal ter de comunicar ao Presidente da Mesa e exercer as funções como independente, de acordo com o n.º 6 do artigo 12.º-A, que é novo. Entende que é redundante-

Pires da Rosa (Aveiro) agradeceu a proposta da Mesa, pois era uma reivindicação antiga do Partido Socialista.

António Monteiro (Sever do Vouga) referiu que pode haver vantagens e necessidade em informar o Presidente da Mesa, no caso de se assumir como independente, numa circunstância que não estamos a antecipar. Entende que se deve manter o ponto 6 do artigo 12.º-A, por uma questão de cautela.

Hilário Santos (Águeda) referiu que este ponto 6 entra em contradição com o ponto 1, uma vez que este refere: “*Os membros da Assembleia Intermunicipal eleitos por cada Partido, Coligação ou por Grupos Independentes de Cidadãos podem, independentemente do seu número, constituir-se em Grupos Intermunicipais.*”, ou seja, só têm de comunicar se constituírem um grupo.

Luis Santos (Anadia) referiu que de acordo com as últimas informações das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais, um indivíduo eleito é um grupo municipal e que a Lei dos Eleitos Locais diz taxativamente que os membros independentes têm de comunicar ao Presidente da Assembleia.

Proposta de Alteração do Regimento, aprovada por unanimidade.

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta dos pontos 2, 4, 6, 7 e 8.

Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.



---

Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
António Maria dos Santos Sousa



---

Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Mário José Costa da Silva

